O AUTORITARISMO NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: a República em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*[1]

LEITÃO JÚNIOR, Artur Monteiro[2]

Introdução

Este trabalho parte do pressuposto de que os literatos, em decorrência de seu papel privilegiado na esfera cultural nacional, são, segundo expressão tomada emprestada de Goldmann (1979), *indivíduos expressivos* - isto é, os escritores não expressam uma visão individualizada do mundo, mas sim uma visão/concepção de mundo de um grupo que representam e "dão voz", fundando as representações que são coletivamente comungadas por este grupo. Estes indivíduos (intelectuais) são, pois, veiculadores de *ideologias geográficas* (MORAES, 2005) acerca da produção e valorização do espaço. Tal situação credencia a Literatura como uma representação discursiva legítima que permite resgatar os pensamentos geográficos, e suas nuances temporais e espaciais, uma vez que os textos artístico-literários encontram-se revestidos de uma crítica e/ou projeção para a produção e/ou o ordenamento espacial.

Destarte, o escritor carioca Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) se configurou como um crítico ácido de seu tempo, das mudanças que vinham sendo realizadas na *Formação Econômica e Social*[3] (SANTOS, 1977) brasileira, em nome dos princípios de civilidade/modernidade. O momento histórico em questão – o final do século XIX e início do século XX – é marcado pela profunda repercussão, em consonância aos debates filosófico-científicos à época, da necessária *sintonia* do Brasil em relação aos países centrais do capitalismo mundial, ansiando um reconhecimento mundial da integração do Brasil ao rol das nações civilizadas. Para

---

[1] Resultado parcial do Trabalho Final de Graduação *Sob os signos da modernização do Brasil: Formação territorial brasileira em Triste Fim de Policarpo Quaresma*, defendido em janeiro de 2010, sob orientação da Profa. Dra. Rita de Cássia Martins de Souza Anselmo, no âmbito do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (IG-UFU).

[2] Mestrando em Geografia – Universidade Federal de Uberlândia (Brasil) artur_ml_junior@yahoo.com.br

[3] A noção de Formação Econômica e Social foi elaborada por Marx e Engels e retomada por Santos (1977) para designar uma totalidade estruturada, segundo a qual as instâncias e esferas sociais, políticas, econômicas e culturais seriam componentes de um todo interdependente denominado *sociedade*. Calcada, portanto, na *totalidade* e na *unidade*, as sociedades diferenciam-se a partir da referência espacial, além de diferirem de si mesmas a partir de uma referência temporal. Assim, a Formação Econômica e Social parece constituir-se enquanto uma categoria explicativa legítima da sociedade e de seu espaço correlato.

tanto, instaurou-se, enquanto princípio, o imperativo da *modernidade*, fundamentada em dois pontos de apoio: os aspectos materiais – a partir da remodelação e do desenvolvimento técnico; e os aspectos ideais – calcados nos códigos civilizatórios.

A partir da obra *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1911), o presente trabalho buscará analisar como o escritor discorre acerca da dimensão política nos albores da República, pleiteando, a partir da voz de seu protagonista, uma reforma político-administrativa. Assim, serão temas do debate: as correntes da proposta republicana brasileira; o *autoritarismo* inerente a formação social, ainda persistente no quadro histórico atual; e a condição da cidadania da população, numa perspectiva da esfera estatal, que sempre delegou a supremacia da unidade territorial em detrimento das necessidades populares.

O republicanismo e o autoritarismo na formação social brasileira

Segundo Malfatti (1985), a proposta republicana brasileira não foi monolítica, de modo que o seu ideário pode ser, em linhas gerais, elencado a partir de três correntes principais: a democrática, a parlamentar e a positivista. A primeira pautou-se nos teóricos da Revolução Francesa – sobretudo em Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) – e na elite intelectual promotora da Independência dos Estados Unidos – sobretudo em Thomas Paine (1737-1809) e Thomas Jefferson (1743-1826). Essas teorias, em níveis e intensidades distintas, contribuíram para a adoção, por parte da propaganda republicana dos democratas brasileiros, de três ideias mestras: a censura à Monarquia, a soberania popular e a federação.

No momento pós-independência, a corrente democrática foi minoritária, dada a consciência da elite política acerca da inviabilidade de tal projeto para o caso brasileiro à época. No entanto, a partir da década de 1870, a Monarquia foi posta enquanto alvo central de radicais críticas, inclusive em relação ao Poder Moderador, encarado como artifício para o exercício personalista, autoritário e despótico do poder. Ainda que não tenham explicitado uma formalização efetiva da organização do poder, os republicanos democratas brasileiros simpatizavam-se com o modelo estadunidense: foi a tendência a transplantar para o país as instituições políticas norte-americanas a principal característica da obra de Rui Barbosa (1849-1923), figura central do formalismo jurídico brasileiro.

Quanto à linha de pensamento parlamentar, o principal defensor foi Gaspar Silveira Martins (1935-1901). Referenciado no modelo inglês, ele acreditava que

esse sistema resguardava as melhores condições para garantir a integridade do sistema representativo, mantendo a unidade entre representatividade e liberdade, ao contrário do sistema presidencialista. Com base em seus ideais, Gaspar criticava a Constituição de 1891, apontando-lhe, como principal problema, o impasse entre os três poderes, cada qual com uma autonomia garantida, sem que um deles pudesse resolver e/ou mediar os impasses políticos. Esse impasse era agravado, segundo ele, pela junção, no modelo presidencialista brasileiro, da chefia de governo e da chefia do Estado na figura do presidente.

A terceira corrente, o republicanismo positivista, incorporou três aspectos principais do positivismo francês: o *científico*, calcado na apreensão de leis, obtidas e formuladas a partir da observação e da experimentação; o *político*, para o qual cada um dos estados evolutivos históricos (teológico, metafísico e positivo) associa-se uma forma de governo (a Monarquia nas fases teológica e metafísica, e a República na fase positiva); e o *religioso*, referindo-se à Religião da Humanidade, na qual a coletividade é o valor supremo e para o qual deveriam ser congregados os esforços da moral, política, religião, poesia, ciência e indústria. Esses aspectos foram incorporados a partir das concepções de Augusto Comte (1798-1857), Pierre Laffite (1823-1903) e Émile Littré (1801-1881). Na realidade histórica, política e social brasileira, esses três aspectos geraram três grupos distintos: os *ilustrados*, os *políticos* e os *ortodoxos*.

Os positivistas ilustrados, constituídos por civis e militares, incorporaram, em grande medida, o caráter científico da filosofia, de modo que as teses positivistas foram interpretadas à luz da realidade nacional, sem uma tradução *ipsis litteris* das mesmas: era preciso adotar uma flexibilidade quanto ao meio e ao tempo para a solução de problemas concretos do Brasil, como a Abolição da Escravatura, a possibilidade de implantação do regime republicano, a Reforma da Educação e a adoção de uma política de investimento e desenvolvimento científico. Essa corrente foi representada, entre outros, por Benjamin Constant (1833-1891), Luis Pereira Barreto (1853-1923), Alberto Salles (1857-1904) e Pedro Lessa (1859-1921).

Em relação aos positivistas políticos, os que mais se destacaram foram os estadistas gaúchos, como Júlio de Castilhos (1860-1903), Borges de Medeiros (1863-1961) e Pinheiro Machado (1851-1915), os quais assimilaram a filosofia de Comte, sobretudo em seus aspectos políticos. Apesar de seguirem a cartilha política

positivista, esses estadistas gaúchos não encararam a filosofia comtiana como um dogma, flexibilizando-a em relação às especificidades brasileiras.

Finalmente, o terceiro grupo dos positivistas republicanos brasileiros era composto pelo Apostolado da Igreja Positivista do Brasil, simbolizada, sobretudo, pelo pensamento de Teixeira Mendes (1855-1927) e Miguel Lemos (1854-1917). Esse grupo foi marcado por sua ortodoxia, incorporando a ótica religiosa, a partir da qual julgavam as esferas política, educacional, econômica e as demais religiões.

Dessa forma, Malfatti (1985) descreveu o panorama das correntes políticas que encabeçaram a cena política nacional no final do novecentos. Já na República, os positivistas fizeram parte do quadro dos "vencedores" à medida que emprestaram ao pendão do Brasil o seu lema; "*Ordem e Progresso*", advogando a necessidade de constituição de uma sociedade ordeira, harmônica, na qual cada uma das partes do cenário social contribuiria em sua medida para a consolidação do sonhado progresso, embutido nos ideais de *civilização / modernização*. Por outro lado, o liberalismo também assumiu o seu papel no novo regime a partir da representação política e da cristalização dos arquétipos que caracterizaram toda a República Velha: em síntese, o comando político, social e econômico ficou ao encargo das oligarquias agrárias, revelando uma carência de integração e união nacional e ensejando como feição principal do país o seu caráter rural, ainda que começassem a despontar alguns poucos centros urbanos industriais isolados.

A sonhada República, idealizada e imaculada, como símbolo de um progresso moral, ético, político e social jamais chegou: o que se sucedeu, na prática, foi a instauração de um regime político que pouco alterou a estrutura social, modificando apenas parte dos privilegiados e instaurando uma febre arrivista sem precedentes. Consolidada após dois governos militares conturbados (o governo do Marechal Deodoro da Fonseca e o do Marechal Floriano Peixoto), o que emergiu de modo cada vez mais explícito foi um sistema político oligárquico, marcado profundamente por uma plutocracia evidente. A promessa de um *engrandecimento pátrio* se revelou, portanto, um projeto frustrado, pois o novo regime fora conduzido e centralizado por uma classe reacionária de liberais, ciosa por manter um estatuto de poderio social e econômico que se vislumbrava como opção. Destarte, a República brasileira era a própria imagem da *revolução-restauração*[4].

---

[4] Este termo gramsciniano é usado para designar, assim como a *modernização conservadora* de Barrington-Moore Jr., a conciliação entre as novas relações em curso e as velhas estruturas, segundo

Conforme Chauí (2000), a sociedade brasileira é marcadamente autoritária, pois, ao conservar o caráter da sociedade colonial escravista, a estrutura social configurou-se sob uma evidente verticalização, uma patente marca de subserviência de grande parcela da população, segundo uma hierarquização cristalizada entre duas instâncias significativas: os superiores, que mandam; e os inferiores, que obedecem. As relações estabelecidas são de dois tipos: entre os iguais, são do tipo de "parentesco", distintas pela cumplicidade ou pelo compadrio; entre os desiguais, as características emergidas são as de prestação de favor, de clientela, tutela ou cooptação, chegando ao caso, nas desigualdades mais extremas, de uma opressão física e/ou psíquica.

Assim, a divisão classista é *naturalizada* por práticas conjugadas que têm por objetivo a ocultação da determinação histórica ou material da discriminação, exploração e dominação. Sob o signo dessa dissimulação, encobrindo as divisões reais, o fito é produzir um imaginário da nação uma e indivisa. É esse autoritarismo da sociedade que empresta à esfera política a manifestação da opressão.

A matriz senhorial colonial, para Chauí (2000), repercutiu decisivamente na estruturação do modelo pelo qual se manifesta, no Brasil, a isonomia: no liberalismo brasileiro, vigora a ideia de que alguns são mais iguais do que outros, ensejando a naturalização das desigualdades e diferenças a partir, sobretudo, de três vieses: as divisões sociais enquanto consequência de uma suposta inferioridade natural (como no caso dos negros, índios, idosos, mulheres, imigrantes ou migrantes em geral e dos trabalhadores); e as diferenças enquanto desvios da norma (relativas às diferenças étnicas e de gênero) ou como perversão (a exemplo dos homossexuais). Dessa forma, a historicização das formas de violência e opressão, inerentes às desigualdades visíveis ou invisíveis, é esvaziada.

Também é marca do autoritarismo social a histórica indistinção entre o público e o privado, derivada do arrendamento, doação ou compra das terras da Coroa, que, incapaz de promover a colonização por forças próprias, permitiu aos particulares tomarem parte dessa campanha; essa atuação dos particulares acabou por dividir, com o estamento burocrático, o poder de mando e a autoridade administrativa local, não obstante tais agentes estivessem legalmente subordinados ao monarca e sob o monopólio econômico metropolitano. Essa estratégia revelou-se como a forma de

---

um metamorfoseamento dos sujeitos políticos, os quais mantêm o comando político-econômico. (MORAES, 2005).

realização da política e de organização do aparelho estatal: os governantes e parlamentares se apossam do poder, personalizando-o e mantendo relações pessoais com os cidadãos, baseadas na tutela, no clientelismo e no favoritismo; por outro lado, as relações de corrupção dos fundos públicos são encaradas com naturalidade pelas classes populares. “Do ponto de vista dos direitos, há um encolhimento do espaço público; do ponto de vista dos interesses econômicos, um alargamento do espaço privado.” (CHAUÍ, 2000, p.91).

Outro traço do autoritarismo encontra-se nas ideologias históricas engajadas em “apagar” os conflitos e as contradições de ordem social, econômica e política, em favor da afirmação da imagem de uma sociedade una, pacífica e ordeira. Não que as contradições e conflitos sejam definitivamente obliterados, pois fazê-lo torna-se impossível em diversas ocasiões; no entanto, eles recebem uma significação própria: são enquadrados como situações perigosas e de crise, oferecendo como resposta única a repressão policial e militar para as classes populares, e o desprezo para com os opositores. Os conflitos e as contradições, em suma, funcionam como um elemento de risco para o Estado oligárquico e para o funcionamento “racional” do mercado, uma vez que para este faz-se necessária a ocultação da divisão social. Nesse ínterim, as classes dominantes brasileiras encontram-se obstinadamente engajadas no bloqueio das esferas públicas de ação e de opinião.

Por fim, o marco do caráter opressivo da sociedade também pode ser notado no fascínio pelos símbolos que trazem embutidos prestígio e poder, como no uso de títulos honoríficos (sob a roupagem de sucedâneos para os antigos títulos de nobreza), na veneração dos diplomas (e o consequente repúdio às atividades manuais), ou na manutenção da criadagem doméstica como sinal de *status*; todas essas características possuem na exposição do consumo de produtos de luxo o símbolo de uma inquestionável distância social entre as classes. Nesse processo, a condição de situações nefastas, nódoas no quadro socioeconômico nacional, como os sem-terra, os sem-teto e a grande massa de desempregados, reverte-se em uma incriminação da suposta preguiça, ignorância ou inabilidade desses próprios atores marginais, inevitavelmente tendendo-os à situação de miséria e pobreza.

Para além da sociedade, Chauí (2000) também deslinda as características que emprestam à esfera governamental brasileira o seu caráter autoritário. Esta esfera caracteriza-se por um imaginário teológico-político, cambiante entre a positiva representação do bom governante, a partir de sua sacralização e adoração, ou por

uma representação negativa do mau governante, a partir de sua satanização e execração. Não obstante, esse imaginário construído sobre duas posições de aguda dicotomia não impede a visualização do alheamento perante o Estado por parte das classes populares. O Estado é encarado somente em sua fronte do Executivo, uma vez que o Legislativo e o Judiciário são ignorados: o primeiro é fonte de corrupção e escândalos; o segundo é uma seara exclusiva dos doutores e letrados, *locus* de injustiças. Assim, o autoritarismo se consubstancia no desejo de um Estado "forte", voltado para a "salvação nacional", ratificada pela postura das classes dominantes, alocadas no aparato estatal, direcionadas ao bloqueio das iniciativas de mobilização social ou de origem sindical e popular.

O neoliberalismo e a social-democracia (por intermédio da "terceira via") só reforçam o autoritarismo estrutural, pois, para além de desvincular a injustiça social com a desigualdade econômica, focalizam a política em seus aspectos de iniciativa privada e individual, conjugando três aspectos: a aplicação e destinação prioritária dos fundos públicos para o financiamento dos investimento do capital; a privatização como mecanismo de fortalecimento dos grupos oligopólicos, subsidiado pelos fundos públicos; e a transformação dos direitos sociais (relacionados à saúde, educação e habitação) em serviços submetidos à lógica da iniciativa privada. O corolário desse arranjo para a esfera social foi o desemprego estrutural, além do desmonte e despolitização completa da sociedade organizada, tornada incapaz para conquistar uma efetiva consolidação da cidadania.

A esfera política em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*

A partir das considerações de Malfatti (1985) e de Chauí (2000), nota-se a característica patente da *sociedade autoritária* brasileira, no seio do republicanismo e na sua própria constituição genética, historicamente perpetuada. Característica esta que também foi argutamente notada pelo escritor Lima Barreto, ainda que o mesmo estivesse imerso em um tempo que produzia ideologias que buscavam ocultá-la; por isso mesmo, as páginas da obra *Triste Fim de Policarpo Quaresma* servem de baluarte para a denúncia e a derrisão desse desprezível caráter político brasileiro, marca indelével em nossa formação territorial.

Para construir o caminho da crítica, Lima Barreto usou o seu protagonista, o major Policarpo Quaresma, como um símbolo do idealista que se refaz mediante as críticas situações de abismo entre a teoria e a prática, cujos empecilhos vão aos

poucos sendo desvendados. Assim, na *construção* do personagem, o literato enfatiza o seu caráter quixotesco:

> Vivendo há trinta anos quase só, sem se chocar com o mundo, adquirira uma sensibilidade muito viva e capaz de sofrer profundamente com a menor coisa. Nunca sofrera críticas, nunca se atirou à publicidade, vivia imerso no seu sonho, incubado e mantido vivo pelo calor dos seus livros. Fora deles, ele não conhecia ninguém; e, com as pessoas com quem falava, trocava pequenas banalidades, ditos de todo o dia, coisas com que a sua alma e o seu coração nada tinham que ver.
> [...] Esse encerramento em si mesmo deu-lhe não sei que ar de estranho a tudo, às competições, às ambições, pois nada dessas coisas que fazem os ódios e as lutas tinha entrado no seu temperamento.
> Desinteressado de dinheiro, de glória e posição, vivendo numa reserva de sonho, adquirira a candura e a pureza d'alma que vão habitar esses homens de uma idéia fixa, os grandes estudiosos, os sábios, e os inventores, gente que fica mais terna, mais ingênua, mais inocente que as donzelas das poesias de outras épocas.
> É raro encontrar homens assim, mas os há e, quando se os encontra, mesmo tocados de um grão de loucura, a gente sente mais simpatia pela nossa espécie, mais orgulho de ser homem e mais esperança na felicidade da raça. (BARRETO, 1997, p.50).

Sob esse tom de alto grau de sensibilidade, Quaresma lançou-se em sua cruzada em prol da pátria, obtendo o revés, primeiro de muitos, de ser alvo de risos inofensivos quando apresentou à Câmara a sua petição para a adoção da língua tupi como língua oficial do Brasil. Esse fato demarca um primeiro sinal, ainda tênue, de fracasso; se a derrota se inicia como um traço brando, ela vai adquirindo, ao longo da obra, tons mais dramáticos e decisivos, compondo a narrativa barretiana como um plano bem elaborado: o protagonista, idealista e sonhador, vai criticando, aos poucos, as suas próprias ações, vendo-as inúteis e encarnando o verdadeiro e prático espírito pátrio. Esse é o signo da maturidade, a *desconstrução* daquilo que o literato construiu a princípio, feito mesmo para ruir ao longo da trajetória quixotesca de Policarpo Quaresma.

Esse crescimento e amadurecimento, típico do bovarista que perpetuamente se refaz perante as circunstâncias reais, também se manifesta na trajetória do major quanto à compreensão da realidade política nacional. Se, a princípio, o protagonista encontra-se tão imerso em seus anseios que ignora completamente os assuntos políticos, alheando-se da importância dos mesmos perante a vida cotidiana[5], diante das dificuldades que o campo foi impondo ao espírito salvacionista de Quaresma, o major começou a repensar a atividade política, incutindo-lhe a função de contribuir,

[5] Esse é o caso do episódio em que Policarpo Quaresma ignorou a advertência do Tenente Antonino Dutra, escrivão da Coletoria local, de que quase qualquer ação só se concretiza mediante um consentimento político. Nesse momento, a compreensão de Quaresma insinuava, assim, um patente desentendimento das forças motivadoras e das práticas que se desenvolviam na realidade brasileira.

por meio de ações totais e abrangentes, para combater as pragas e retirar os empecilhos para o cultivo. Essa reversão começou a tomar uma forma mais concisa quando o protagonista consentiu a sua incapacidade de, por si mesmo, extirpar as saúvas de suas plantações: “Era um suplício, um castigo, uma espécie de vigilância a dique holandês e Quaresma viu bem que só uma autoridade central, um governo qualquer, ou um acordo entre os cultivadores, podia levar a efeito a extinção daquele flagelo” (BARRETO, 1997, p.105).

Todavia, a reforma política que almejava não poderia vir dos governantes locais, ocupados que estavam com mesquinharias e vinganças políticas, das quais o próprio Quaresma foi vítima: consternado com o distanciamento do major para com as questões políticas locais, o Dr. Campos, Presidente da Câmara de Curuzu, impôs-lhe a intimação, em nome das posturas e leis municipais, de roçar e capinar as testadas do Sítio do Sossego que confrontavam com as vias públicas. Depois, foi o Tenente Antonino, em nome da Coletoria, que lhe impôs uma multa por enviar produtos de sua lavoura para a venda, sem o pagamento dos devidos impostos. Por conta dessa contaminação ou mácula da política local, permeada de politiqueiros, Policarpo fez repousar suas ânsias de um governo decente e digno na figura central do país: o Marechal Floriano Peixoto, Presidente da República.

Desde cedo, Floriano Peixoto despertou uma dupla posição aparente na obra: se, por um lado, Policarpo partiu de uma crença mitificada na figura do presidente, para, aos poucos, desfazer-se de sua crença como um sinal de amadurecimento e vigor crítico, por outro, o narrador sempre se articulou na função de desmascarar as ações e atitudes florianistas, retirando-lhes a aparência falsa e enganadora. Essa dualidade acaba por pintar um quadro derrisório decisivo em elucidar o caráter antiflorianista de Lima Barreto, ao qual o pensamento de Policarpo Quaresma ia aos poucos se coadunar:

> O seu [de Policarpo Quaresma] entusiasmo por aquele ídolo político era forte, sincero e desinteressado. Tinha-o na conta de enérgico, de fino e supervidente, tenaz e conhecedor das necessidades do país, manhoso talvez um pouco, uma espécie de Luiz XI forrado de um Bismarck. Entretanto, não era assim. Com uma ausência total de qualidades intelectuais, havia no caráter do Marechal Floriano uma qualidade predominante: tibieza de ânimo; e no seu temperamento, muita preguiça. Não a preguiça comum, essa preguiça de nós todos; era uma preguiça mórbida, como que uma pobreza de irrigação nervosa, provinda de uma insuficiente quantidade de fluido no seu organismo. Pelos lugares que passou, tornou-se notável pela indolência e desamor às obrigações dos seus cargos. (BARRETO, 1997, p.125).

O escárnio mordaz que o narrador destila transforma a oficial aparência mitológica do egrégio presidente em uma caricatura, uma máscara cômica que chega a provocar repulsão. As perspectivas de Policarpo só vão entrar em sintonia com essa postura, assumindo uma guinada decisiva, quando o protagonista se encontrou com o presidente, o qual fazia uma das suas típicas rondas noturnas: na ocasião, o major comentara com o presidente os termos do memorial que redigira para promover o desenvolvimento agrícola do Brasil, não notando o aborrecimento marcante do marechal. Tal aborrecimento, derivado do insistente apelo à legislação e a medidas a serem tomadas pelo governo, intensificara-se pela solicitação de Policarpo para a adoção de medidas enérgicas, favoráveis ao aparecimento de iniciativas; todo esse contexto de conversa – cercada por uma dupla posição: a de entusiasmo por parte do major, e a de zanga por parte de Floriano – culminara na épica frase com que o marechal se dirigira ao major: "Você, Quaresma, é um visionário..." (BARRETO, 1997, p.143).

Esse encontro representou um duro golpe no ufanismo e nas crenças do protagonista, golpe este que marcou o início do sepultamento das idealizações de Policarpo, soçobradas com as incertezas crescentes perante a viabilidade ou sequer a possibilidade de ensejar o sonhado desenvolvimento do Brasil. Essa incredulidade era a marca do desamparo com que Quaresma teve de enfrentar ao encampar todos os seus projetos, não encontrando no caráter político da nossa formação territorial o viés pelo qual os seus ideais podiam ser levados a cabo, uma vez que tal caráter só produzia críticas:

> Na verdade, o major tinha um espinho n'alma. Aquela recepção de Floriano às suas lembranças de reformas não esperavam nem o seu entusiasmo e sinceridade nem tampouco a idéia que ele fazia do ditador. Saíra ao encontro de Henrique IV e de Sully e vinha esbarrar com um presidente que o chamava de visionário, que não avaliava o alcance dos seus projetos, que os não examinava sequer, desinteressado daquelas altas coisas de governo como se não o fosse!... Era pois para sustentar tal homem que deixara o sossego de sua casa e se arriscava nas trincheiras? Era, pois, por esse homem que tanta gente morria? Que direito tinha ele de vida e de morte sobre os seus concidadãos, se não se interessava pela sorte deles, pela sua vida feliz e abundante, pelo enriquecimento do país, o progresso de sua lavoura e o bem-estar de sua população rural? (BARRETO, 1997, p.148).

Esse "espinho n'alma" do major se manifestara ainda vacilante, vivendo uma alternativa dolorosa entre o desânimo e a desesperança, por um lado, ou, por outro, a manutenção de uma tênue e fragilíssima crença na modificação da postura do presidente em um futuro próximo: "[...] mas em seguida considerava: o homem está

atrapalhado, não pode agora; mais tarde com certeza ele fará a coisa...” (BARRETO, 1997, p.148). Essa crença esmoreceu definitivamente quando a revolta terminou, mas a situação não mudara, abatendo terminantemente o major.

Ademais, a fé cega no modelo republicano de governo também guardava uma crítica por parte de Lima Barreto, uma vez que o literato percebia o perfil autoritário desse regime, para além do ideal democrático que fazia divulgar. Esse autoritarismo apareceu estampado no estado de sítio que envolveu a capital federal à época da Segunda Revolta da Armada (1893-1894): “A cidade andava inçada de secretas, *familiares* do Santo Ofício Republicano, e as declarações eram moedas com que se obtinham postos e recompensas.” E continua adiante: “Em nome do Marechal Floriano, qualquer oficial, ou mesmo cidadão, sem função pública alguma, prendia e ai de quem caía na prisão, lá ficava esquecido, sofrendo angustiosos suplícios de uma imaginação dominicana.” (BARRETO, 1997, p.114).

Se essa situação da cidade sitiada, com a presença constante do medo nas ruas da capital, era uma consequência do momento bélico da revolta, a atmosfera político-social de opressão e violência não desapareceu ao longo do regime republicano, como percebeu o literato: antes, ela mudou de forma, apresentando-se de um modo mais dissimulado e sutil, mas mantendo a perspectiva de subserviência e falta de garantias relativas à cidadania para as classes populares. Dessa forma, Lima Barreto queria dar vazão às suas percepções da sociedade autoritária que se instalara, contradizendo a ovação fetíchica da República e, em extensão, de todo o *constructo* do imaginário produzido pelas elites políticas e econômicas. O que subjaz a essa situação é o símbolo de uma população totalmente ignorante, alheada dos seus próprios destinos e coagida em razão do costume de obedecer sem questionar; é essa imagem que o literato constrói, ao fim da revolta, ao caracterizar os que se tornaram prisioneiros de guerra:

> Havia simples marinheiros; havia inferiores; havia escreventes e operários de bordo. Brancos, pretos, mulatos, caboclos, gente de todas as cores e todos os sentimentos, gente que se tinha metido em tal aventura por hábito de obedecer, gente inteiramente estranha à questão em debate, gente arrancada à força aos lares ou à calaçaria das ruas, pequeninos, tenros, ou que se haviam alistado por miséria; gente ignara, simples, às vezes cruel e perversa como crianças inconscientes; às vezes, boa e dócil como um cordeiro, mas, enfim, gente sem responsabilidade, sem anseio político, sem vontade própria, simples autômatos nas mãos dos chefes e superiores que a tinham abandonado à mercê do vencedor. (BARRETO, 1997, p.163).

À orfandade perpétua a que estavam relegados por suas condições sociais, soma-se a orfandade a que ficaram alijados após a derrota na revolta, por seus

superiores. Esse é o marco principal dessa população: uma mera *massa de manobras*, cuja cidadania é roubada, em tempos de guerra ou paz, oprimida constantemente por uma abissal desigualdade socioeconômica ou pela supremacia da unidade territorial ante as necessidades populares. Não havia mesmo a ternura que se suspeitava ser inerente ao povo, pois ela não encontrava condições favoráveis para manifestar-se, uma vez que estava cercada por um quadro de completo desamparo e falta de solidariedade. Podendo livremente se revelar, sem rodeios, a inclemência dos vitoriosos reverberou em um tom de alta tensão social ao fim do conflito, interpretando o protesto de Quaresma a respeito do fuzilamento sumário de prisioneiros de guerra como uma tentativa de diminuir o valor da vitória: "Não havia mais piedade, não havia mais simpatia, nem respeito pela vida humana; o que era necessário era dar o exemplo de um massacre à turca, porém clandestino, para que jamais o poder constituído fosse atacado ou mesmo discutido." (BARRETO, 1997, p.168). Era essa a filosofia social da época, içada sob uma força religiosa que se autoproclamava repositório da felicidade de muitos.

O afeto e o amor, portanto, pareciam estar banidos, sendo virtudes genuínas apenas nas modinhas do menestrel Ricardo Coração dos Outros. Tanto essa personagem quanto a afilhada do major, Olga, ao tentarem salvar o major de sua condição de prisioneiro, notaram que esses sentimentos eram utopias irrealizáveis, quimeras que não poderiam se concretizar em uma sociedade tão autoritária. Foi esse caráter coercitivo que, por fim, o menestrel e a afilhada perceberam irradiar da sociedade brasileira como um todo: a mesma conclusão a que chegaria Policarpo Quaresma em sua desastrosa trajetória ufanista.

Essas percepções de Ricardo Coração dos Outros e Olga só vêm ratificar a posição que o protagonista vai assumindo ao longo do enredo: a *desconstrução* do ideal ufanista, ao passo que ocorre uma concomitante *construção* de uma postura crítica, a qual retira o tampão ou a lente com a qual os idealismos costumam mascarar a realidade. O limite dessa postura é o aniquilamento nirvânico com que Policarpo Quaresma conclui sua trajetória: a própria noção de Pátria, que seria o pressuposto para o engrandecimento do país, foi posta em xeque, impedindo qualquer projeto bem-sucedido para a formação territorial nacional:

> A Pátria que quisera ter era um mito; era um fantasma criado por ele no silêncio do seu gabinete. Nem a física, nem a moral, nem a intelectual, nem a política que julgava existir, havia. A que existia de fato, era a do Tenente Antonino, a do Dr. Campos, a do homem do Itamarati.

> E, bem pensando, mesmo na sua pureza, o que vinha a ser a Pátria? Não teria levado toda a sua vida norteado por uma ilusão, por uma idéia a menos, sem base sem apoio, por um Deus ou uma Deusa cujo império se esvaía? [...] Pareceu-lhe que essa idéia como que fora explorada pelos conquistadores por instantes sabedores de nossas subserviências psicológicas, no intuito de servir às suas próprias ambições... (BARRETO, 1997, p.166-7).

Essa negação do ideal pátrio é o desfecho dramático dos fracassos dos planos quixotescos de Quaresma. Em extensão, simboliza a negação de sucesso para qualquer modelo que se queira operar para uma formação territorial brasileira alternativa – para além das verdades que são desveladas, quais sejam: um espaço urbano discriminatório e cindido por marcas do preconceito que jaz recôndito na estrutura e no imaginário social; um espaço rural que não permite o desenvolvimento das potencialidades agrícolas do país, uma vez que não concorre para a promoção de incentivos para a produção e, tampouco, permite a promoção de solidariedade entre os matutos do interior; e uma estrutura política calcada na mesquinharia e nos interesses particulares, denotando um quadro explícito da sociedade autoritária brasileira. Assim, as reformas pela cultura, pela agricultura ou pela administração política central só encontram o fracasso e a descrença de um Quaresma exausto, incompreendido e desiludido.

Considerações Finais

A arte permite ao ser humano transcender a sua condição existencial mais imediata, alçando-o ao nível de uma manifestação sublime, na qual a sensibilidade e a intuição operam, em consonância com a razão, a geração de uma obra material, tangível, ainda que sua intangível origem, derivada do *pensamento* e do *espírito*, lhe seja marca constitutiva. Nessa condição, os textos literários revestem-se de uma notável “licença poética”, permissiva ao extravasamento das mais profundas angústias, consternações, incômodos ou alegrias; sentimentos esses que são, em certa medida, recriminados na linguagem denotativa, pela necessidade de transparecer o seu caráter primordial: a informação com objetividade.

Não obstante os textos literários vagueiem por um reino metafórico, a identidade desses textos denuncia-lhes uma obrigatória conexão com a realidade, uma vez que possuem autoria e são timbrados por uma escala temporal e espacial específica. Destarte, por mais fantasiosas e ficcionais que sejam as narrativas literárias, elas sempre trazem embutidas um registro da sua origem: afinal, enquanto

seres sociais, os literatos comungam, com outros indivíduos, as mesmas diretrizes gerais de determinadas *concepções de mundo*, de *ideologias*, transformando-se, portanto, em *indivíduos expressivos* (GOLDMANN, 1979).

Reconhecendo a assunção, por parte dos literatos, de uma posição de legítima representatividade no seio da *intelligentsia* brasileira, o resgate dos discursos e das *visões de mundo* entranhadas nos enredos literários significa apreender o entendimento desses intelectuais no que se refere à realidade nacional: as linhas textuais são urdidas de modo a revelar elogios, críticas e anseios para modificar a estrutura nacional nos aspectos econômico, social, político, cultural e espacial. No Brasil do final do século XIX e início do século XX (momento histórico em que viveu Lima Barreto e sobre o qual ele versou em suas obras literárias), os discursos amparados pelas letras também veiculavam os projetos dos intelectuais (ou, mais precisamente, dos grupos sociais que eles representavam) para a construção de uma civilidade/modernização do país.

Neste estudo, a obra em análise, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, apresenta, em grande estilo, as concepções de Lima Barreto/Policarpo Quaresma acerca dos projetos de reforma do país, cujo objetivo máximo era a (trans)formação da sociedade brasileira em prol de uma marca indistinta de civilidade/modernização. Amparada na estratégia dicotômica da *construção-desconstrução* do protagonista, a obra ganha o seu traço de genialidade, apresentando uma postura crítica acerca da formação brasileira, verificada, sobretudo, no aspecto urbano, no caráter rural e – como abordado neste trabalho – na dimensão política.

A dimensão política foi desnudada a partir das dificuldades impostas e sentidas por Quaresma em sua tarefa salvacionista de promover o desenvolvimento agrícola; para tanto, ele pleiteou uma reforma política e administrativa que, logo percebeu, não poderia partir dos níveis locais de governo, uma vez que estavam demasiadamente ocupados com mesquinharias e vinganças políticas. Apelando para a figura do presidente, a narrativa barretiana encaminha-se para o aniquilamento da visão mitológica e heróica com que Floriano Peixoto era tratado, deixando um traço inequívoco de comicidade e de repulsa em suas descrições acerca do governante máximo do país: era a certeza de que uma *reforma política* também não seria possível. Idéia ainda ratificada pela expressão do *autoritarismo* inerente à sociedade, que, aos olhos do literato, era sim liberal, porém, de forma alguma, democrática: a população era meramente uma *massa de manobras*, com

uma cidadania vilipendiada e constantemente submetida à opressão de uma abissal desigualdade socioeconômica e uma supremacia da unidade territorial ante as necessidades populares – ou seja, como coloca Moraes (2001), a construção da nacionalidade brasileira se operou com base no território, e não na sociedade, justificando todas as atrocidades para com esta em nome da manutenção da integridade territorial.

Enfim, a obra *Triste Fim de Policarpo Quaresma* mostra-nos a cidade do Rio de Janeiro – metonímia do Brasil – sequiosa por uma civilidade/modernização. A pergunta que se impõe é: qual é o modelo de civilidade ou modernização que pode florescer em meio ao nosso arcaísmo ou à nossa política atrasada e autoritária? Mais do que meras obras literárias ou mais do que instrumentos para aprender Literatura ou Português, a leitura de Lima Barreto serve, portanto, para aprendermos e apreendermos o que é ser *brasileiro*.

Referências

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Triste Fim de Policarpo Quaresma.** São Paulo: Klick, 1997. 191p. (Coleção Ler É Aprender, n.18, O Estado de S. Paulo).

CHAUÍ, Marilena. **Brasil:** Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 104p. (Coleção História do Povo Brasileiro).

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e Cultura.** Trad. Luiz Fernando Cardoso, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Konder. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MALFATTI, Selvino Antonio. **Raízes do Liberalismo Brasileiro.** Porto Alegre: Pallotti, 1985. 248p.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas:** Espaço, Cultura e Política no Brasil. 5.ed. São Paulo: Annablume, 2005

_____. Ideologias Geográficas e Projetos Nacionais: O Território na Perspectiva das Elites Brasileiras. In: ANDRADE, Manuel Correia de; FERNANDES, Eliane Moury; CAVALCANTI, Sandra Melo. **Além do apenas Moderno:** Brasil - séculos XIX e XX. Brasília: CNPq; Recife: Massangana, 2001.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. **Boletim Paulista de Geografia**, n.34, p.81-100. jun.1977.